



JOSÉ ROBERTO
R. AFONSO

GOVERNANÇA FISCAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

VII Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo

Instituto Rui Barbosa e FDUL

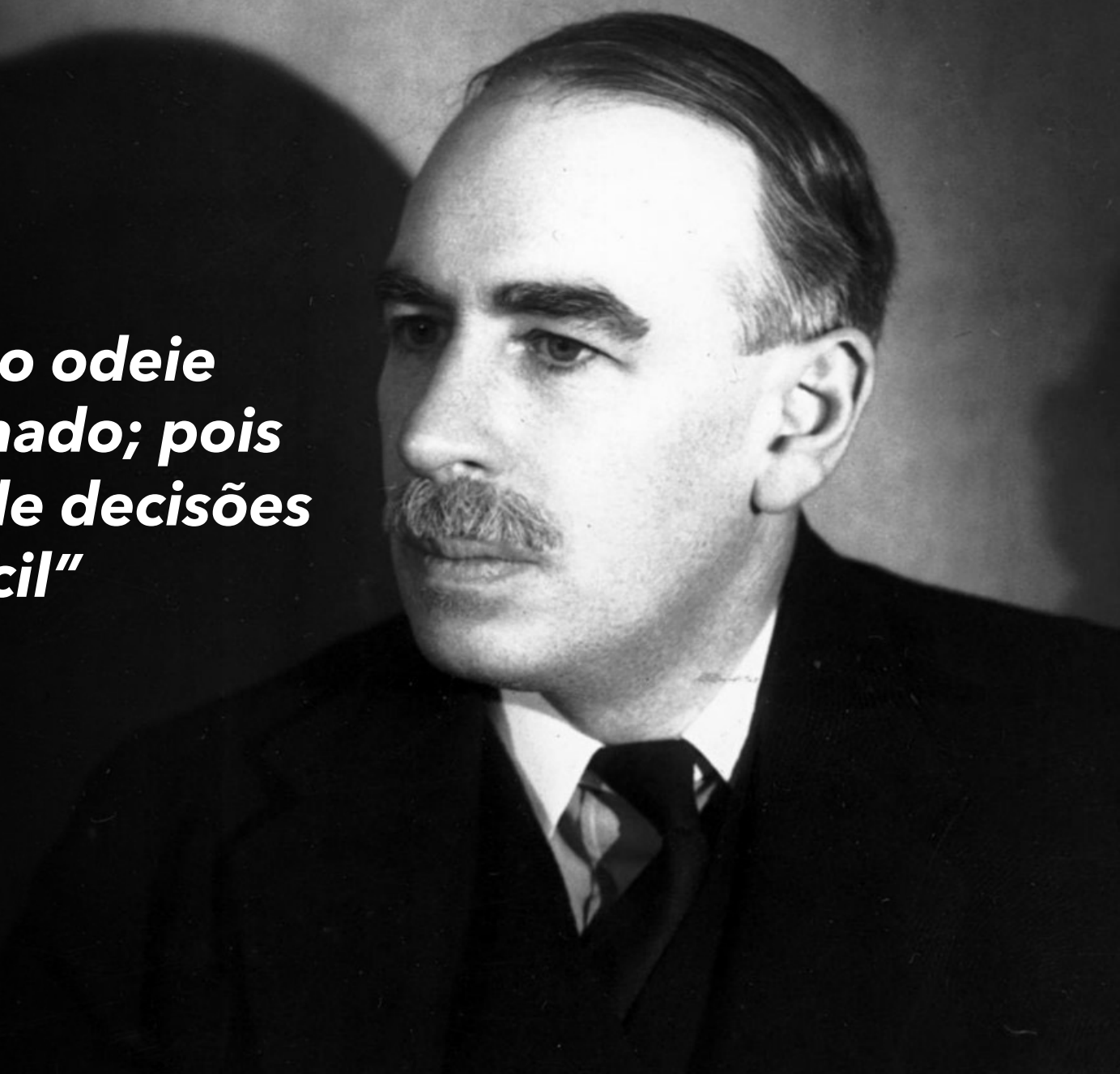
Faculdade de Direito de Lisboa, 18/9/2023

Apresentação baseada em pesquisa do ISCSP/Univ.Lisboa com fundos da FCT -projeto UIDP/00713/2020

“Não há nada que um governo odeie mais do que estar bem informado; pois torna o processo de tomada de decisões muito mais complicado e difícil”

John Maynard Keynes

Skidelsky R. John Maynard Keynes: a biography. Vol. 2: the economist as saviour, 1920-1937. London: Macmillan; 1992



ESFORÇO DE GUERRA

**The
Guardian**

Meet Diia: the Ukrainian app used to do taxes ... and report Russian soldiers

Award-winning app initially aimed at helping people access public services is now used for wartime efforts

<https://www.theguardian.com/world/2023/may/26/meet-diia-the-ukrainian-app-used-to-do-taxes-and-report-russian-soldiers>



Atlantic Council

Ukraine's Diia platform sets the global gold standard for e-government

<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/ukraines-diia-platform-sets-the-global-gold-standard-for-e-government/>

Se a Ucrânia consegue em meio da guerra, Brasil só não avança se optar por guerrear contra o futuro

ESFORÇO DE PAZ: MADE IN BRAZIL

- **RFB**

- IR pela internet
- eSocial
- Integra Contador
- NFS-e Nacional

- **Urna eletrônica**

- **Congresso e Justiça remota na pandemia**

Mas não podem ser apenas casos esporádicos, e que podem perder eficácia e atualização



Voto impresso no Brasil custaria R\$ 2,5 bilhões em 10 anos, segundo TSE

Tribunal Superior Eleitoral diz que seria necessário trocar urnas atuais por modelos com impressora; em testes, órgão disse que medida não agregou segurança
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/impressao-de-voto-no-brasil-custaria-r-2-5-bilhoes-em-10-anos-segundo-tse/>

Receita libera disquete para declaração de renda

Somente pessoas físicas terão acesso ao sistema, já a partir do dia 29

PAMELA NUNES

BRASILIA — Os contribuintes poderão se utilizar de disquetes de computador para fazer a declaração de rendimentos deste ano. Os disquetes com o programa de preenchimento

do Imposto de Renda no ano de 1991, quando foi criado, foram liberados para o uso de computadores pessoais. O programa desenvolvido para a Receita Federal, que pode ser utilizado na Internet, tem o mesmo objetivo, por exemplo, a relação de bens, dependentes, entre os vários, se nada tiver sido modificado, o contribuinte pode simplesmente clicar no botão "imprimir" e obter o disquete. O programa, desenvolvido para a Receita Federal, que pode ser utilizado na Internet, tem o mesmo objetivo, por exemplo, a relação de bens, dependentes, entre os vários, se nada tiver sido modificado, o contribuinte pode simplesmente clicar no botão "imprimir" e obter o disquete.

clarar Imposto de Renda este ano. A Receita mandou confeccionar 30 mil disquetes, mas tem possibilidade de dobrar o número se houver demanda. Para obter o disquete, que será distribuído gratuitamente, o contribuinte deve dirigir-se às delegacias da Receita e trocá-lo por um disquete virgem. Os disquetes poderão ser preenchidos em qualquer tipo de microcomputador. A Receita estima que existem cerca de 30 milhões de computadores no Brasil.

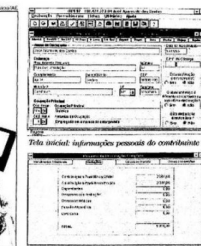
1991

Programa simplifica declaração de renda

Software da Receita Federal usa interface mais intuitiva e evita redigitação de dados



Clare Reges: operação pessoal com o software



Detalhes: layout mostra lançamento da declaração



Anastasi Bacos: transmissora em rede de declaração pelo modem

Internauta economiza tempo com download pela WWW

O tempo e a moda precisam para o gerente administrativo Anastasi Bacos. Por isso, sempre que pode, ele evita perder tempo com o download de arquivos de 100 e 200 kilobytes. Desde que entrou na Internet, viu-se fiado a uma operação on-line. "Carreguei o programa do imposto de Renda desde que vim para Internet em minutos", diz Bacos.

Site alternativo resolve congestionamento

O congestionamento exige uma alternativa. Os usuários já não são mais os únicos a acessar o sistema.



1997

DADOS MOVERÃO O MUNDO

**The
Economist**

The world's most valuable resource is no longer oil, but data

<https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>

Forbes

INNOVATION

Data Is The New Oil -- And That's A Good Thing

<https://www.forbes.com/sites/forbestechcouncil/2019/11/15/data-is-the-new-oil-and-thats-a-good-thing/?sh=2d27612b7304>

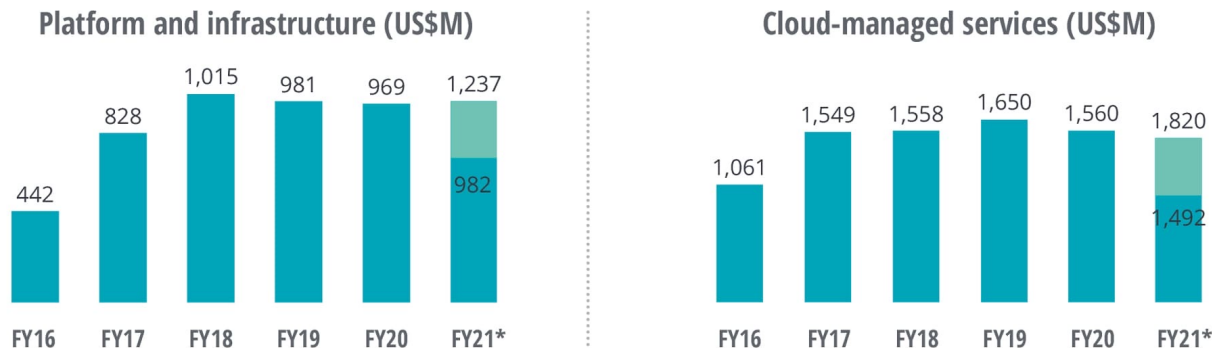


MAIOR DONO DE DADOS: GOVERNO

FIGURE 1

The pandemic boosted US federal spending on cloud infrastructure and managed services

■ Actual ■ Estimate



Note: *Data is available until August 30, 2021. Defense and intel data is delayed by three to six months.
Source: Deloitte analysis of Federal government contract data from Bloomberg.

Deloitte Insights | deloitte.com/insights

Fonte: Deloitte.

<https://www2.deloitte.com/us/en/insights/industry/public-sector/government-trends/2022/data-centric-government.html>

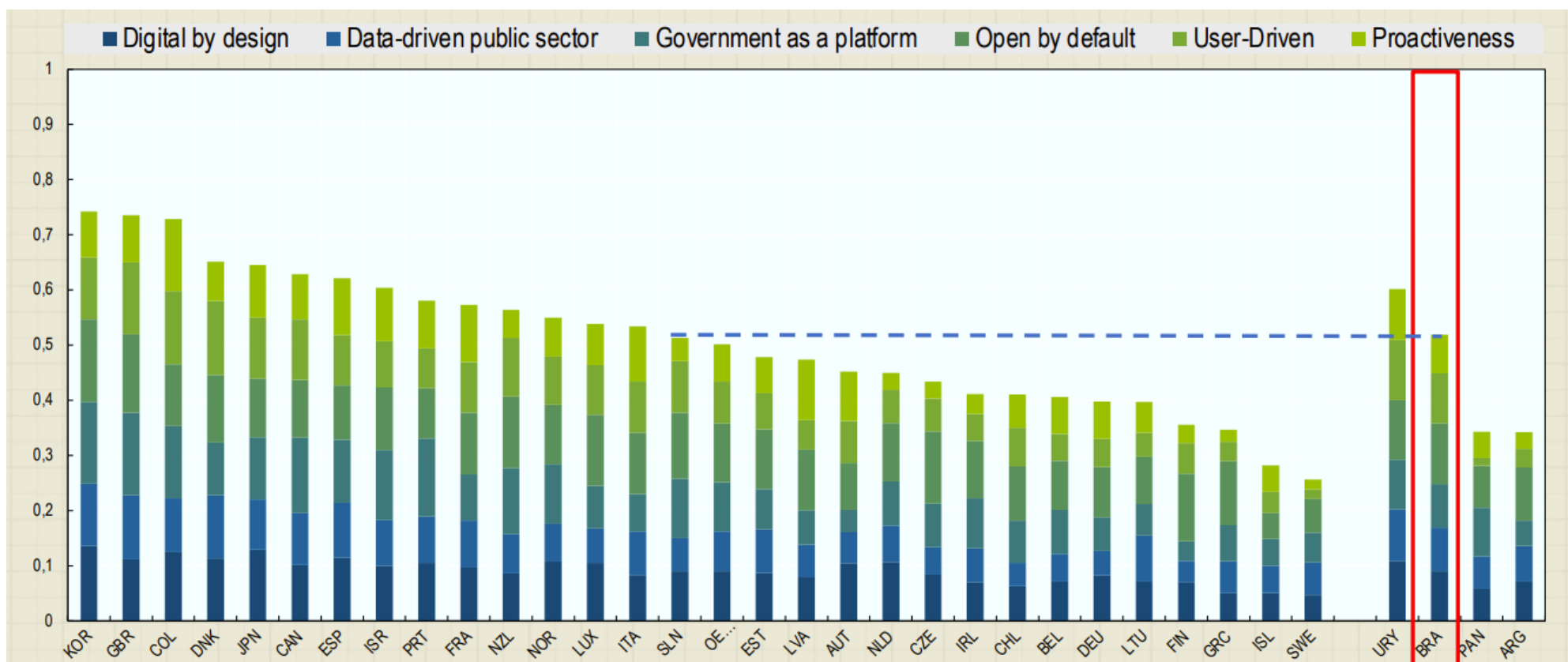
Ninguém tem mais dados do que o governo, em qualquer país.

É preciso organizar uma única e inteligente base de dados – demográficos, sociais, econômicos, fiscais...

Tremendo desperdício como seria assentar sobre a bacia de Campos, sem extrair petróleo, e nem o processar depois.

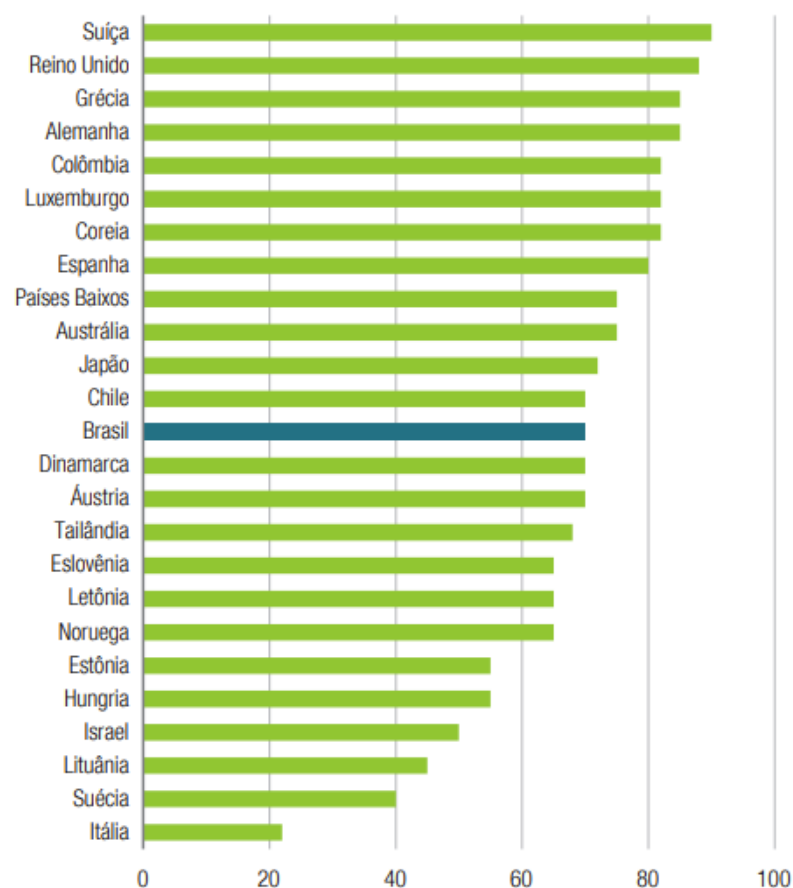
GOVERNO DIGITAL

The OECD Digital Government Index (DGI) 2019



GOVERNANÇA DIGITAL

Abrangência da estratégia digital nacional

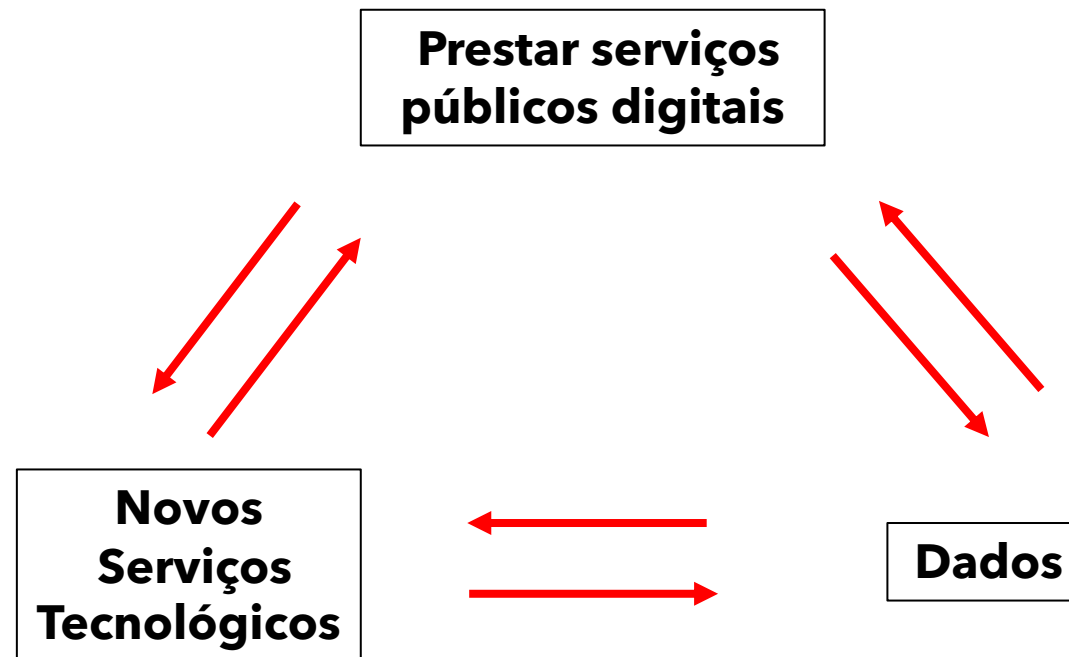


Desafio da governança digital:

- Dimensões continentais,
- Profunda heterogeneidade regional,
- Regime federativo, com grande autonomia dos governos subnacionais

Uma visão nacional é imprescindível para a transformação digital. Essa é uma lição clara e inequívoca das experiências internacionais e das reflexões teóricas do assunto mais recentes.

CICLO (VIRTUOSO) PARA TRANSFORMAÇÃO



RECONSTRUÇÃO FISCAL

✓ GOVERNAR

- Redemocratizar e pacificar
- Conciliação Federativa
- Transformação Digital (radical)
- Revisão de Gastos
- Orçamento de Capital

✓ LEGISLAR

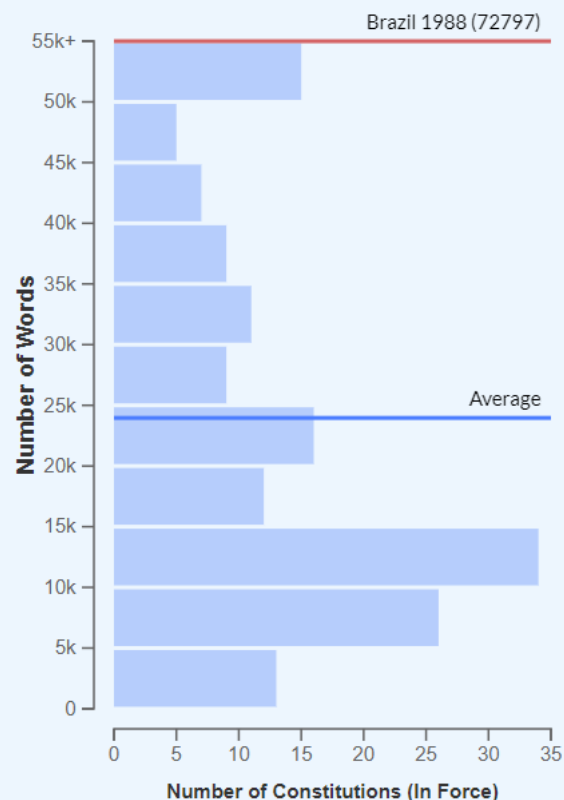
- Regime federal sustentável
- Racionalização tributária
- x
- Consolidação nacional das normas - Códigos
- Reintegração mundial

CONSTITUCIONALIZAÇÃO FISCAL BRASILEIRA

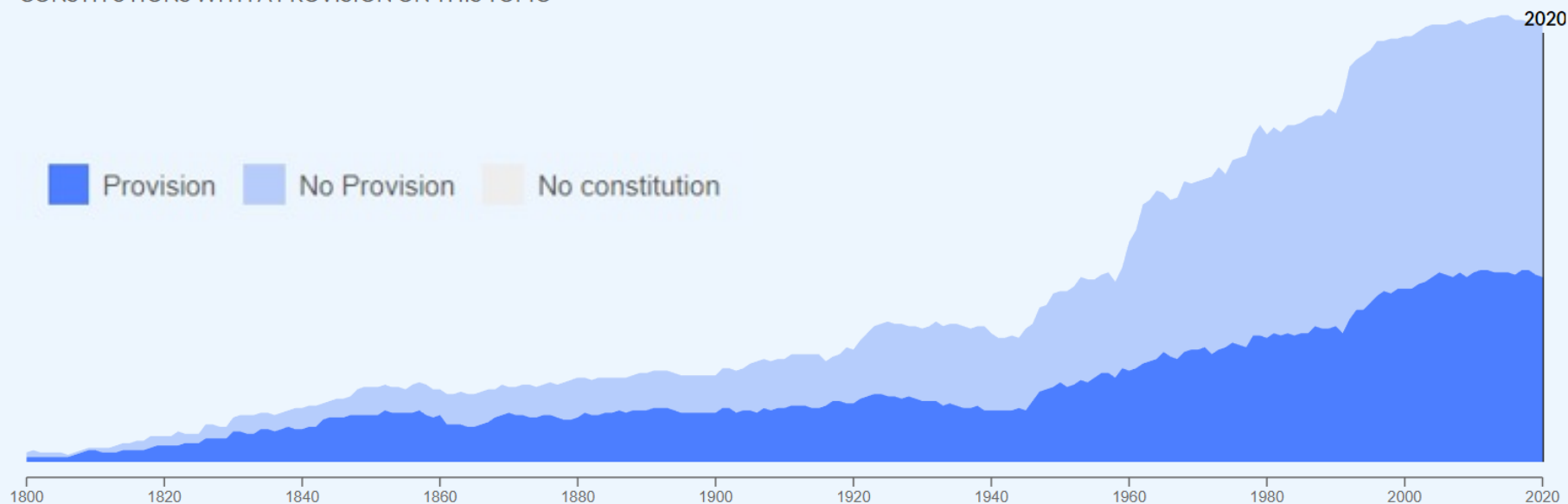
CF 1988

Provisões Tributárias nas constituições do mundo

NUMBER OF WORDS



CONSTITUTIONS WITH A PROVISION ON THIS TOPIC



Constitucionalização das matérias fiscais - Brasil

Normas *	nº de regras orçamentárias
Constituição Federal, Emendas e ADCT	80
Leis Complementares	70
Resoluções do Congresso	21

Fonte: Consultoria do Senado Federal (2022).

* Não incluídas Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais leis ordinárias

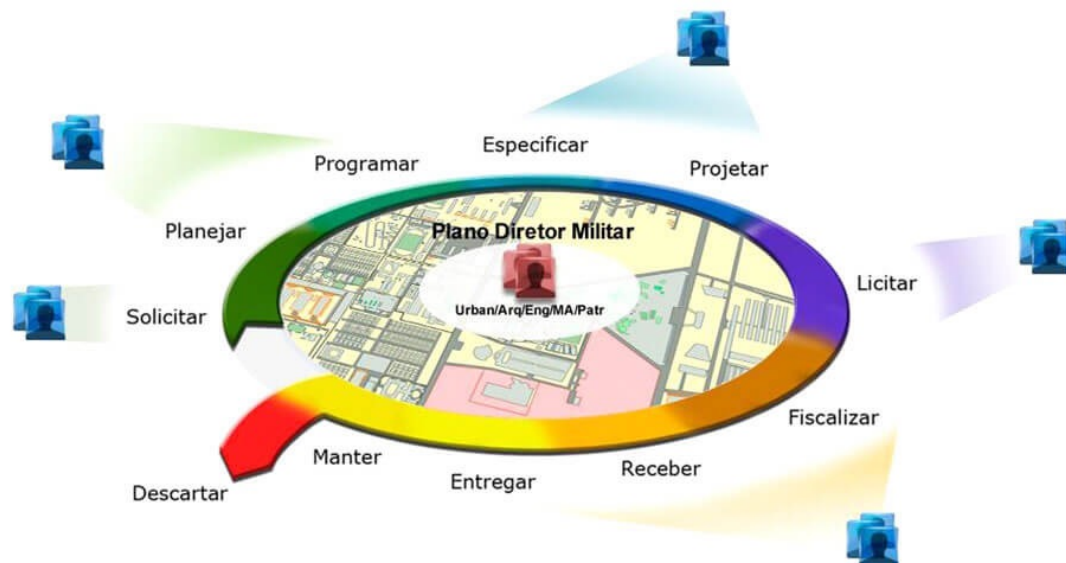
PROPOSTA DE CÓDIGO FISCAL

- ✓ **Pacto político** para definir ritos e normais consensuais deveria proceder a elaboração do projeto.
- ✓ O caminho mais simples para redigir **projeto inicial** seria a mera e integral transposição das normas constitucionais, permanentes e transitórias, distribuídas segundo mesma estruturação ou temática adotadas pela Constituição e suas emendas.
- ✓ Ideal seria aproveitar para já identificar, seja **inconsistências, incoerências e contradições** entre as atuais normas constitucionais, para buscar uma harmonização, seja matérias não regulamentadas e avaliar sua necessidade (como não é o caso da revisão da Lei 4320/1964).
- ✓ Etapa seguinte será levantar e igualmente transpor as **leis complementares vigentes** (como é o caso da LRF), repetindo o mesmo procedimento de apontar harmonizar matérias.
- ✓ Objetivo é que Código constituía uma **consolidação** das normas gerais que regulam as finanças públicas no País, com exceção das matérias tributárias.

CONTROLE DIGITAL E INTELIGENTE

SISTEMA UNIFICADO DO PROCESSO DE OBRAS

Construir e Manter a infraestrutura necessária para o Exército Brasileiro alcançar seus objetivos estratégicos.



Contexto

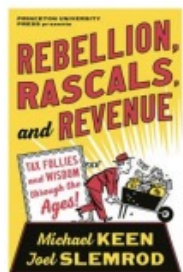
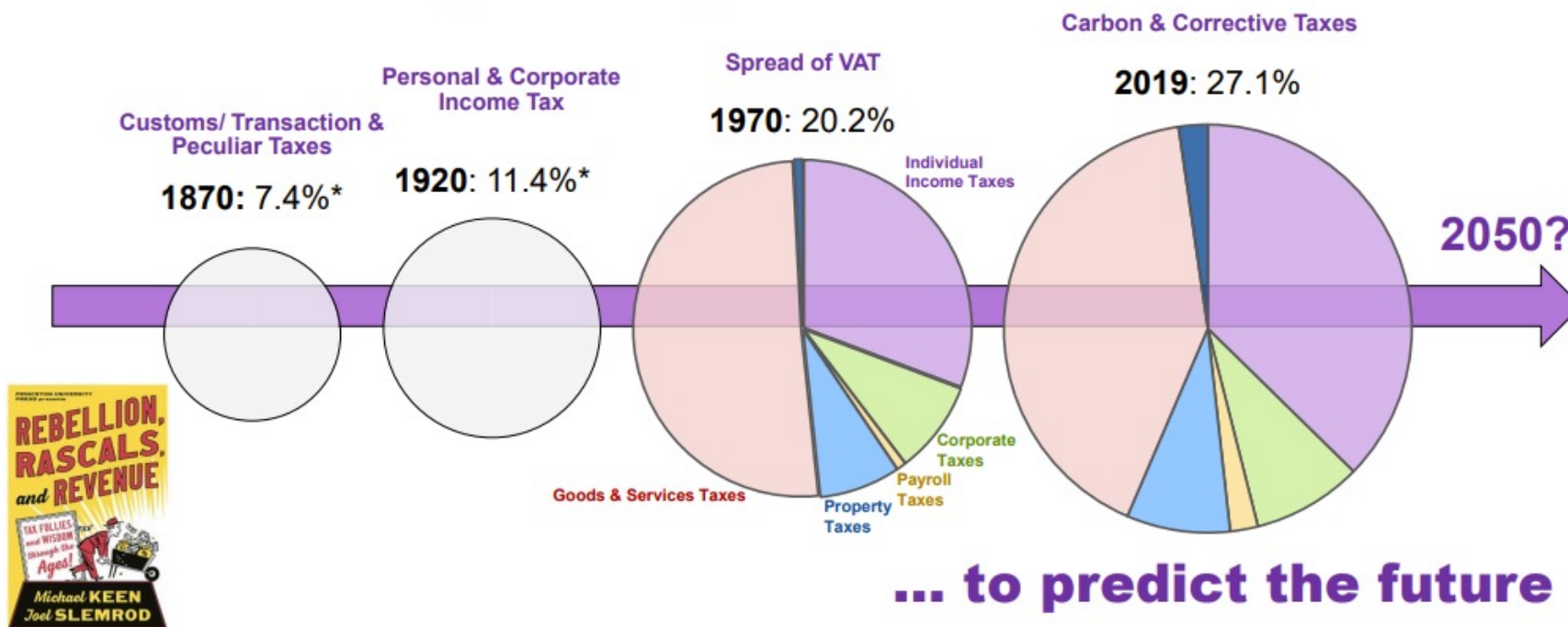
O Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Órgão de Direção Setorial (ODS) do Comando do Exército, têm por finalidade planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades da função logística de engenharia, as relativas ao patrimônio imobiliário, meio ambiente e as ações subsidiárias de cooperação para o desenvolvimento nacional, tudo em conformidade com as políticas e as diretrizes estratégicas do Exército.

Escopo

O Sistema Unificado do Processo de Obras é um Sistema de apoio à decisão que suporta as funcionalidades de planejamento, programação, acompanhamento, fiscalização, controle, gerência e execução de obras e serviços de Engenharia de todas as atividades dos macroprocessos analíticos do Sistema de Obras Militares (SOM), tanto no nível executivo quanto gerencial e estratégico. A implantação do OPUS proporcionou: decisões ocorrem de forma mais oportuna; melhorou a comunicação; o uso de papel foi reduzido drasticamente; existe uma maior agilidade na execução de processos; conhecimentos são produzidos, aperfeiçoando processos e os projetos de engenharia são reutilizados, gerando economia de recursos.

REFORMA TRIBUTÁRIA EM CICLOS

Understanding History



Sources: IMF World Revenue Longitudinal Database (WoRLD); OECD Revenue Statistics; Jorda-Schularick-Taylor (JST) Macro-History Database & IMF Staff Calculations

Note: Size of pie charts represent the Tax-GDP (in percent). The analysis includes a balanced sample of 11 EU countries for whom data are available across the period of the analysis: Belgium, Denmark, Finland, France, Germany, Ireland, Italy, Netherlands, Portugal, Spain and Sweden.

* = The data for 1870 and 1920 are for total revenue, not just tax revenue.

The book titled, *Rebellion, Rascals, and Revenue: Tax Follies and Wisdom through the Ages*, by Michael Keen and Joel Slemrod, Princeton University Press, Princeton, NJ, 2021, is the copyright publication of the authors, referred to here simply as a recommendation and suggested read on the history of taxes and revenues.

Provável nova onda:
Futuro do Trabalho

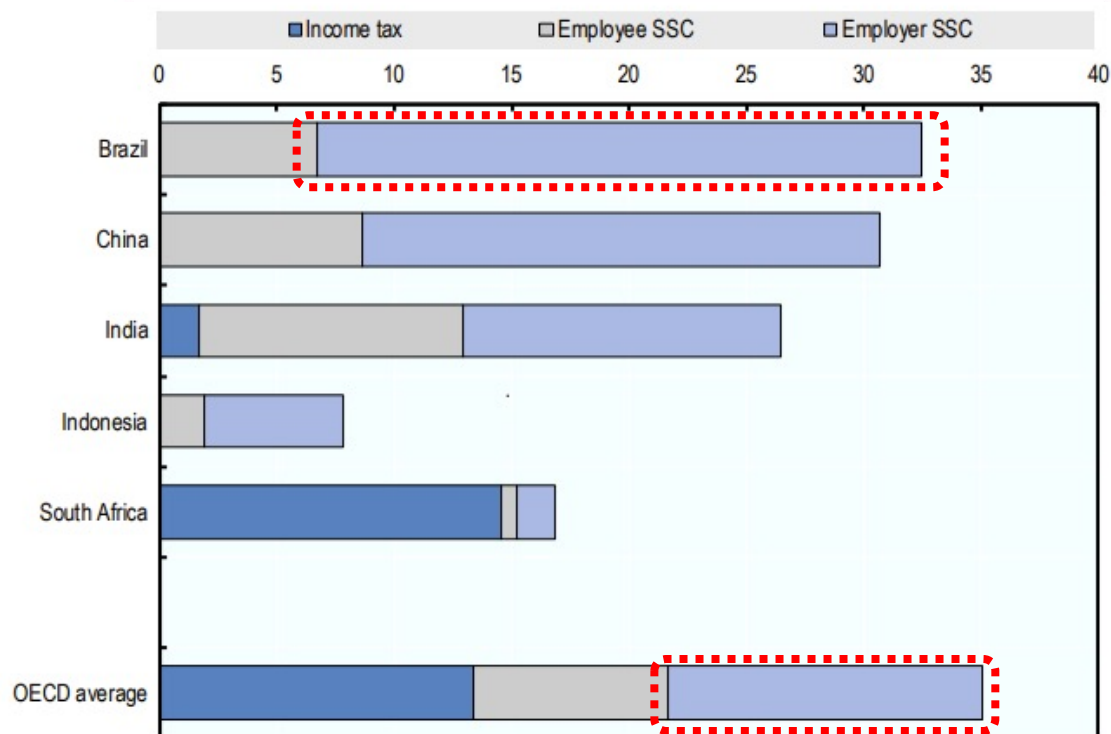
NOVO DESAFIO: TRIBUTAÇÃO DO TRABALHO

Is the ability to tax likely to decrease in the future?

- Overall taxation has not fallen in the past 50 years despite major structural changes (globalisation, technology, demography), but the future may be different
- The main issue concerns labour taxation, given its importance
 - Will labour taxation decrease due to structural changes (G-T-D)?
 - Which alternative sources of taxation?
 - Not only a matter of revenue, but also
 - Fairness
 - Behavioural change (climate and environment)

Sapir (2022) < <https://tinyurl.com/bdedzbzi> >

Country	Total tax wedge ¹	Income tax	Social security contributions		Labour costs ³
			Employee	Employer ²	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Brazil	32.5	0.00	6.68	25.82	16 558
China	30.7	0.00	8.61	22.08	16 389
India	2.0	1.97	0.00	0.00	6 020
India (SSC) ⁴	26.5	1.70	11.24	13.51	6 960
Indonesia	7.8	0.00	1.88	5.93	6 833
South Africa	16.9	14.56	0.66	1.64	40 671
OECD average	35.0	13.36	8.26	13.40	54 953



Imposto de renda mais contribuições para a segurança social de empregados e empregadores, 2019
 Como % dos custos trabalhistas

Fonte: OCDE (2021),
 Taxing Wages in selected
 partner economies

NOVO MUNDO: DIGITAL, VERDE, INCLUSIVO



- ✓ Se o mundo muda, se a sociedade muda, se a economia muda, **as instituições, a política, a prática e, sobretudo, a cultura fiscal também mudarão**, ainda que a reboque e de forma retardada.
- ✓ Da revolução digital até a guerra da Ucrânia, passando pela pandemia da Covid, se está em meio a processo de **transformações estruturais** sem precedente histórico.
- ✓ Ninguém sabe ao certo qual será o sistema tributário e o fiscal do **futuro**, mas certamente será muito **diferente** do atual.
- ✓ O Brasil precisa se **reintegrar** e se **modernizar**, inclusive para conseguir aproveitar as oportunidades singulares.

ALGUNS TRABALHOS RECENTES

Empreendedorismo

CEBRI
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Texto para discussão
**Trabalhar e empreender:
o novo mundo da economia
digital**

Por
José Roberto Afonso, Geraldo Biasoto Junior
Murilo Ferreira Viana e Édvo Almeida Oliveira

NÚCLEO ECONOMIA POLÍTICA
2023

PODER
360

“opinião”

Empreender para pacificação e responsabilidade social

Reforma tributária deve impulsionar empreendedorismo, criação de novos empregos e o desenvolvimento do país



Para os articulistas, responsabilidade social implica nova visão do empreendedorismo como meio poderoso para ter ocupação e ganhar renda e dignidade

Fonte: Afonso e Biasoto (2023). Disponível em:
<https://tinyurl.com/3d9df3sd>

Transformação digital

MACROECONOMIA

Do governo eletrônico à governança pública digital: muito por fazer (e ganhar) no Brasil

José Roberto R. Afonso
Professor do IUPERJ e IUPERJ/Universidade de Lisboa e
consultor independente

Bernardo Motta Monteiro
Economista, mestrando do IUPERJ da
Universidade de Lisboa

O mundo mudou. E muito. Relações tecnológicas, econômicas, sociais, o que já vinha sendo alterado de forma gradual teve a sua tendência consolidada e o seu ritmo acelerado pela pandemia da Covid-19. Políticas públicas e práticas governamentais também precisam ser ajustadas a esse novo normal. Não é mais a simplória tarefa de informar as coisas e coisas do governo na internet. Serviços públicos, da organização interna ou prestados à comunidade, estão migrando, de forma irreversível e rápida, do mundo físico para o digital. A receptividade, a adesão e a resposta dos usuários, contribuintes e cidadãos, segue a mesma tendência positiva.

Pelo caráter inovador e disruptivo dessas transformações, é natural que se observem desconfortos, entre alguns países e governos, seus órgãos e os serviços que prestam. Não há um padrão ou um roteiro padronizado da transformação digital dos governos. Não foram ainda formuladas teorias e muito menos existe um ou alguns poucos padrões do que seja um ideal ou ótimo de organização e estruturação de um governo na era digital. A tecnologia corre muito mais à frente das leis. Ali-

ás, as empresas e as famílias mudam antes e até a revida dos governos. Muito mais do que a presença do governo no mundo digital, e mais que torná-lo um governo eletrônico, é preciso alcançar um conceito maior: o de governança pública digital. Isso significa que não basta apenas modernizar e digitalizar um governo, que, no caso brasileiro, abrange um conjunto de governos, considerados os três níveis federativos.

No campo conceitual, adotar uma ideia mais abrangente de governança pública não constitui expressão comum para os brasileiros, nem mesmo no âmbito dos especialistas em administração pública e ciência política. A denominação começou a ser usada quase que exclusivamente no âmbito empresarial, tendo ganhado recentemente mais impulso por conta das estratégias diretas de *environmental, social and governance* (ESG), atentas ao ambiente, ao social e à governança, na tradução do acrônimo.¹ Esse conceito de governança, no entanto, é de outra e maior dimensão, de modo a abranger mais do que apenas os elementos que compõem a administração pública, mas alcançar também as instituições de

Estado, a começar por leis e regulamentos. Esses mesmos Estados, por sua vez, passam estar mais preocupados em regular as tendências e classificações ESG para o setor privado do que de adotá-las internamente, em âmbito público.

É possível resumir a dimensão da oportunidade que se abre para melhorar a governança pública na Federação brasileira no pós-Covid citando os resultados da recente pesquisa da ONU sobre governo eletrônico em 193 países: o Brasil é o quarto com mais internautas no mundo, mas aparece em 54º lugar no índice de governo digital, ainda que seja o 20º do *ranking* na oferta de serviços online.²

Similar resultado é encontrado na análise comparativa de dados da OCDE como o indicador de abrangência da estratégia digital nacional, o NDSC na sigla em inglês.³ O indicador que busca avaliar o potencial da capacidade de consolidação das políticas necessárias para uma transformação digital em prol do crescimento e do bem-estar de um país, mostra o Brasil em uma posição mediana, inclusive acima de algumas economias mais desenvolvidas – gráfico 1. Se, por um lado, o indicador reflete o esforço recente de transforma-

NEXO



Fonte: Afonso e Motta (2023). Disponível em:
<https://tinyurl.com/2pxk2sd7>

18 Conjuntura Econômica | Junho 2022

Fonte: Afonso e Motta (2022). Disponível em:
<https://tinyurl.com/4kf23bej>

José Roberto Afonso
PhD Economia

+351 960405068



financeconsultoria.com

Economista e contabilista.

**Doutor em Economia pela UNICAMP e mestre pela UFRJ,
Pós-doutorado em Administração Pública pelo ISCSP de Lisboa.**

Professor do ISCSP/Universidade de Lisboa e do IDP –Brasil.

**Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas,
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de
Lisboa, Rua Almerindo Lessa, 1300-663, Lisbon, Portugal**

**Sócio-fundador da FINANCE (Brasil), 3i e A&B (Portugal) e
consultor independente.**

zeroberto@joserobertoafonso.com.br



**JOSÉ ROBERTO
R. AFONSO**



in

f



EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (*DISCLAIMER*)

Esta palestra é de uso exclusivo de sua destinatária, não podendo ser reproduzido ou retransmitido a qualquer pessoa sem prévia autorização.

As informações aqui contidas tem o propósito unicamente informativo.

As informações disponibilizadas são obtidas de fontes entendidas como confiáveis.

Não é garantida acurácia, pontualidade, integridade, negociabilidade, perfeição ou ajuste a qualquer propósito específico das fontes primárias de tais informações, logo não se aceita qualquer encargo, obrigação ou responsabilidade pelo uso das mesmas.

Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como a outros fatores, não se responde por quaisquer erros ou omissões, dado que toda informação é provida "tal como está", sem nenhuma garantia de qualquer espécie.

Nenhuma informação ou opinião aqui expressada constitui solicitação ou proposta de aplicação financeira.

As disposições precedentes aplicam-se ainda que venha a surgir qualquer reivindicação ou pretensão de ordem contratual ou qualquer ação de reparação por ato ilícito extracontratual, negligência, imprudência, imperícia, responsabilidade objetiva ou por qualquer outra maneira.